População financia os pagamentos

A aposentadoria precoce de parlamentares, cuja maioria ocupa cargo ou função na administração pública, é financiada indiretamente pelos trabalhadores, na condição de contribuintes. Isso porque os recursos do IPC obtidos através das contribuições dos associados (parlamentares e funcionários) do Senado e da Câmara são insuficientes para a manutenção do órgão, sendo necessária uma subvenção, na forma de créditos suplementares repassados pelo Poder Executivo, que corresponde a mais de dois terços do total da receita da instituição.

Segundo a Lei nº 7.586, que regulamenta o IPC, o pecúlio constitui-se em uma verba suplementar de aposentadoria para os parlamentares, que são contribuintes obrigatórios, e para os funcionários da Câmara ou do Senado que optarem pela contribuição. Hoje, o IPC tem 5.722 associados, sendo 570 obrigatórios, 4.464 facultativos e 688 pensionistas.

Entre os facultativos, existem aproximadamente 300 parlamentares que continuam contribuindo para completar os oito anos mínimos de contribuição exigidos para a aposentadoria proporcional. Esse pagamento é facultativo. O resultado prático dessa integralização é assegurar a aposentadoria mesmo para quem só foi eleito para um mandato.

Fundo

O fundo do IPC é formado pela arrecadação de 10% da remuneração dos segurados obrigatórios e facultativos. A Câmara e o Senado, na condição de "patrões", têm por obrigação participar com 20% do salário de cada contribuinte, seja ele parlamentar ou funcionário.

A tumultuada gestão do deputado Gustavo de Farias (PMDB-RJ) na presidência do órgão não permitiu a liberação dos balanços de 1987 e 1988. A análise do balancete de dezembro de 88, no entanto, permite constatar que os recursos arrecadados são insuficientes. Na-

quele mês os segurados obrigatórios contribuíram com NCz\$ 175.319,04, enquanto que os gastos com as pensões de antigos contribuintes obrigatórios representou NCz\$ 1.571.909,45. Já a contribuição de funcionários representou NCz\$ 60.405,09, enquanto a despesa com as pensões foi equivalente a NCz\$ 49.255,84. Além disso, as pensões a beneficiários — pagas a esposas e filhos menores de contribuintes falecidos — representaram NCz\$ 587.616,37.

Para suprir esses gastos, as contribuições obrigatórias da Câmara e do Senado, que em dezembro foram de NCz\$ 334.747,89 e de NCz\$ 108.524,74, respectivamente, não foram suficientes. Por isso, as subvenções pagas pelas duas Casas, que na realidade consistem em verba suplementar repassada pelo Poder Executivo, tiveram que chegar a NCz\$ 2.577.834,61. A época, isso representava, aproximadamente, 63.780 salários mínimos. (C.K.)